

Dívida Externa Estranhas declarações do presidente do Citicorp

O presidente do Conselho de Administração do Citicorp, John Reed, fez estranhas declarações, na semana passada, ao The Wall Street Journal, sobre as negociações dos países em desenvolvimento com os bancos internacionais. Ele assegurou a determinação da instituição que dirige em não permitir que nenhum país devedor obtenha dos bancos credores condições tão favoráveis como as concedidas ao México no final de 1986.

Apesar do intenso "lobby" que caracteriza o período que antecede as negociações externas, a posição de Reed causou estranheza porque, até mesmo por uma questão de ética, os principais executivos de bancos envolvidos em negociações de dívidas abstêm-se de comentários antes de se sentarem à mesa com os representantes dos países endividados. Contrariando essa praxe, o presidente do Citicorp, num arroubo que talvez possa ser atribuído à sua juventude, decidiu dar um recado desrespeitoso, que parece claramente endereçado ao Brasil, tendo em vista a próxima renegociação plurianual de nossa

dívida externa. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, respondeu a Reed no mesmo tom, afirmando que "não estamos aqui no Brasil para nos sacrificarmos para sustentar o Citibank".

Procurando proteger os interesses de sua instituição, Reed está em uma posição difícil ao querer evitar que as condições obtidas pelo México, em termos de "spreads", prazos e dinheiro novo, se transformem em norma para os outros devedores. Ora, se assim é, o Citicorp e o conjunto dos demais bancos credores precisam explicar por que um país é mais "merecedor" do que outro. No caso do Brasil há o argumento fácil de que o País não submeteu a sua economia ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse tipo de exigência perdeu muito de sua força depois do acordo do Brasil com os governos representados no Clube de Paris, mas, mesmo que isso não tivesse ocorrido, não se pode deixar de levar em consideração o fato de o governo brasileiro não ter interrompido o pagamento dos encargos da dívida mesmo não recebendo novos empréstimos dos

bancos internacionais no período de 1985 - 86.

Como disse o ministro Funaro, o Brasil transferiu US\$ 55 bilhões, nos últimos cinco anos, para o sistema financeiro internacional, recebendo no mesmo período, em novos empréstimos, apenas US\$ 19 bilhões. Fala-se muito no volume da dívida externa brasileira, mas ela tem-se mantido razoavelmente constante em termos nominais. Em termos reais, ela caiu nos últimos três anos. Paralelamente, reduziu-se a "exposure" dos bancos internacionais ao Brasil, como sabe perfeitamente o presidente do Citicorp.

Em uma posição aparentemente contraditória com a linha dura que passou a preconizar, Reed mencionou a importância das operações de sua instituição com a América Latina, responsáveis por 25% de seus lucros em 1985. "Nós não poderíamos deixar o Brasil, mesmo se o quiséssemos", disse ele. E o governo aqui também não está pensando que o Citibank vá deixar o País, esperando que a instituição continue colaborando para o desenvolvimento nacional. Havendo, portan-

to, interesses mútuos tão nítidos, não há sentido para confrontação.

A questão que precisa ser encarada de frente, nas negociações com os bancos internacionais, é que o Brasil simplesmente não pode continuar gerando superávits comerciais da ordem de US\$ 12 bilhões ao ano para remunerar sua dívida externa. O País precisa ser aliviado dessa carga, compatibilizando o volume de seu saldo comercial com as condições de sua economia na fase atual.

A renegociação externa gira em torno disso. Quanto à possibilidade de volta do Brasil à captação no mercado através de títulos, em vez de usar o sistema de acordos condicionados à adesão de dezenas de bancos, não nos parece que haja motivo para as autoridades brasileiras se negarem à discussão de quaisquer esquemas alternativos de financiamento. O Brasil não reivindica o direito de realizar um acordo exatamente igual ao concluído pelo México. O que o governo brasileiro não aceitará, de forma alguma, e as autoridades já o deixaram perfeitamente claro, é ser objeto de discriminação pelos bancos credores.